

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA NORMATIVIDADE GRAMATICAL: O USO DA VÍRGULA

METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR THE TEACHING OF GRAMMAR NORMATIVITY : USE OF COMMA

Eliane Miranda Machado¹

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira²

Resumo: A presente pesquisa busca realizar análise comparativa acerca do emprego da vírgula sob o viés das gramáticas normativas no intuito de averiguar as concepções dos autores sobre o ensino da normatividade gramatical, aqui nos detendo ao ensino da vírgula, sob a égide das gramáticas tradicionais. Para realização desta pesquisa, foi usado o método bibliográfico de caráter descritivo, uma vez que a mesma está sendo desenvolvida a partir de teorias já existentes. Para dar sustentação à pesquisa foi levantado um referencial teórico bastante consolidados que tem como elemento de discussão, a normatividade gramatical, como: Ali (1966) Almeida (1986), Lima (2005), Cunha (2009), autores que discutem o uso da vírgula sob a ótica da normatividade. entre outros que subsidiarão às ideias abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: Normatividade; Língua Materna; Gramática.

Abstract: This research aims to conduct comparative analysis about the use of the comma in the bias of normative grammars in order to ascertain the views of the authors on the teaching of grammar normativity here in holding to the point teaching under the umbrella of traditional grammars. For this research , we used the method of descriptive literature , since it is being developed from existing theories. To sustain the research was raised a very consolidated theoretical framework whose discussion element , grammatical normativity , as Ali (1966) Almeida (1986) , Lima (2005) , Cunha (2009) , authors who discuss the use of point from the perspective of normativity . among others that will subsidize the ideas discussed .

KEYWORDS: Normativity; Mother tongue; Grammar.

¹ Licenciada Plena em Letras – Língua Portuguesa, especialista em Educação no Campo pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Mestranda em Linguística pelo programa PPGL na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Professora da rede estadual de ensino do Pará na Educação Básica. Email: eliane0907@hotmail.com

² Professor dos Programas de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura e do Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (Profletras) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui pós-doutorado em Letras (Terminologia Gramatical e Ensino de Língua Portuguesa), pela Universidade da Beira Interior (Portugal). E-mail: luizpeel@uft.edu.br

Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo principal fazer um estudo analítico das gramáticas normativas com vistas a verificar as contribuições destas gramáticas para o ensino da normatividade, especificamente no que se refere ao uso da vírgula. Logo, cabe destacar que a referente pesquisa se encontra em andamento e aqui nos predispomos a apresentar as abordagens acerca do uso da vírgula sob a perspectiva das gramáticas normativas, levando em consideração que diversos autores discutem o assunto sob a égide da normatividade.

Levando em consideração ainda os índices ranqueados por meio das avaliações nacionais como o SAEB, por meio da Provinha Brasil e ENEM, que representam o baixo rendimento dos educandos em relação as habilidades de língua portuguesa, justifica-se uma reformulação do ensino de língua materna, com vistas a atentar à normatividade como mais um elemento que constitui a língua e que é imprescindível a formação linguística do aluno.

A gramática normativa traz, por meio de seus autores, apontamentos acerca do emprego e do uso da vírgula que vêm contribuir para a construção textual, tendo em vista que os sinais de pontuação de modo geral, servem para dividir as partes dos textos, mantendo a sua melhor compreensão, como descreve Nascentes (1960), os sinais de pontuação estão intimamente ligados a ritmo e a entoação pois “bem pronunciadas e bem acentuadas as palavras, a fala ficará em muitos casos incompreensível se não obedecer a certa cadência de acordo com o sentido da frase e com o fôlego da pessoa (NASCENTES, 1960, p.36). Em conformidade com essa afirmação, o autor relaciona os sinais de pontuação diretamente à pronúncia, haja vista que a modulação da enunciação transparecerá somente a partir do uso adequado das pontuações.

Cabe destacar ainda, as contribuições de Said Ali (1964) em sua obra “*A Gramática Secundária*”, que traz a seguinte definição acerca dos sinais de pontuação: “é o emprego de certos sinais gráficos que se colocam entre orações e partes de oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudança de tonalidade, ou simplesmente para chamar a atenção” (ALI, 1964, p. 228).

Assim, buscou-se nas gramáticas normativas conhecer sob esta ótica as apresentações acerca do uso e ensino do uso da vírgula, sendo este um conteúdo normativo da língua, uma vez que existem situações específicas que decorre a aplicabilidade desse sinal que devem ser

do conhecimento do escritor, no intuito de elaborar textos que tenham divisões demarcadas por vírgula que garantam a separação das ideias e a manutenção da compreensão textual.

Nesse sentido, essa pesquisa justifica-se pelo fato de verificar, sob o viés das gramáticas normativas, o trato dado no tocante ao ensino da normatividade, neste caso a do uso da vírgula, no sentido de verificar as propostas de ensino, assim como a disposição desse conteúdo nas obras que servem de suporte para o professor em sala de aula. Desse modo, a análise parte do pressuposto de que é importante o ensino da normatividade na educação básica, elemento constituinte da língua sem, contudo, deixar de levar em consideração o conhecimento linguístico do educando, mas complementando tais saberes por meio do ensino da norma padrão que, em tese, ainda não é do domínio do educando e é mais uma forma de expressão linguística que é exigida em situações comunicativas mais formais.

Para a realização da pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, levando em consideração que irá discutir abordagens teóricas já existentes, nesse caso específico, as gramáticas normativas no sentido de buscar, junto a essa literatura, a abordagem sobre o uso e aplicação da vírgula para conhecer ainda a maneira como vem sendo apresentada para o processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que as obras analisadas dão suporte ao trabalho docente, já que são textos de referências para o ensino da língua materna. Ainda servirão de suporte teórico, gramáticos como Nascentes (1960), Ali (1966) Almeida (1986), Lima (2005), Cunha (1976) e Bechara (2009).

1. O Uso da Vírgula na perspectiva da Gramática Normativa: Said Ali

Nesta versão gramatical o autor apresenta vários tipos de casos em que deve ocorrer o uso da vírgula. O primeiro deles refere-se às orações coordenadas que, mesmo aparecendo a conjunção *e*, usa-se para demarcar a necessidade de descanso da voz em diversas situações como explícita.

- a) Quando expressamente se repete a partícula em frases enumerativas: Ouvireis o ranram da guitarra, e o cantar ao desafio, e o bradar dos leilões de cargos (Herculano).
- b) Quando qualquer das orações coordenadas ou coordenante é um tanto longa: Ele fazia retirar todos, e ficava encerrado horas e horas com este homem.
- c) Quando a oração coordenada tem sujeito diverso do da coordenante:

“As ofertas dos doentes escasseavam nos templos pagãos, e os sacerdotes do Esculápio começavam a morrer literalmente de fome” (ALI, 1964, p. 229).

O autor acrescenta nesta versão o uso da vírgula para indicar pausa fraca antes da conjunção adversativa conforme os exemplos: “A guarda morre, mas não se rende.”/ “Quis falar, mas não pôde” (p. 229).

Nos casos de partículas ou, conjunções alternativas, desde que denotem alternativas ou retificação de pensamento, nesta última situação, usa-se também a vírgula ao final da oração retificadora como demonstram os exemplos: “Cairei do trono, ou tu subirás a ele”. O que o tornava geralmente respeitado, ou antes temido, era o dom de profecia” (p.229).

Os dois casos apresentados demonstram claramente cada situação de uso da vírgula para separar a conjunção alternativa ou em situações de alternância ou retificação.

Em relação a oração adjetiva, nesta obra, o autor acrescenta a condição de uso da vírgula nos casos restritivos, para demarcar o final da mesma, quando esta é constituída por dizeres muito longos, como demonstra o exemplo: “As famílias, que se estabeleceram naquelas encostas meridionais das longas serranias chamadas pelos antigos Montes Marianos, conservaram por mais tempo os hábitos erradios dos povos pastores” (p.229).

No que se refere às orações adverbiais, o autor enfatiza três situações:

Para separar a subordinada adverbial, explícita ou implícita, que vier intercalada na oração subordinante. “teu irmão é, como todos sabem, o melhor aluno do colégio” / “Servirei, sempre que puder, a meus amigos” (p.229, 230).

Para mostrar que se interrompe o seguimento natural das ideias e se intercala uma expressão adverbial ou uma reflexão secundária: “Vê-se ainda, através das telas mal unidas de uma tenda mais vasta, reverberar vivo clarão”.

E ainda apresenta a necessidade do uso da vírgula em orações adverbiais que venham antepostas à oração principal, podendo estar implícita ou explícita. Assim demarcado nos exemplos: “Se não me engano, achas a petição fundada” (p.230)

Já a revisão apresentada por Ali (1966) em sua obra “*Gramática Elementar de Língua Portuguesa*” aparece de forma bem sucinta as questões relacionadas a pontuação, sem apresentar antes, a concepção acerca das mesmas e, a partir daí segue diretamente ao emprego deste sinal.

Para o autor existem apenas cinco situações de ocorrência de uso da vírgula, apresentado na seguinte ordem:

Para separar os termos coordenados, quando vêm mencionados sem a conjunção. Exemplos: A rosa, o cravo, o jasmim, e o resedá são flores de perfume muito forte. (p.131)

Também usado nas orações subordinadas adjetivas, desde que estas sejam meramente explicativas. Exemplo: A Bélgica, que é país pequeno, tem população muito densa (p.131).

São usadas para intercalar ou separar vocativos, conforme os exemplos dados: “A ti, ó cara pátria, dedicarei meu último pensamento”/“Camaradas, chegou o dia da nossa vitória (p. 131)”.

São usadas também para separar ou intercalar termos apostos: “Benjamim Franklin, inventor do para-raios, era norte-americano” / “A ópera Guarani é de Carlos Gomes, grande compositor brasileiro” (p.131).

E, por último, o autor apresenta a necessidade do uso da vírgula em casos de correspondências, para separar o nome do lugar. “Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1920” (p.131).

Pode se constatar a partir das colocações de Ali (1966) que os casos de uso de vírgula são bastante isolados e sem muitas especificações em cada categoria, apresentando de forma geral cada situação em que pode ocorrer a necessidade do uso deste sinal de pontuação.

1.1. Celso Cunha

Para dar início à proposta de estudo dada por Cunha (1976), as análises são feitas, a partir da oração, fazendo referência ao uso da vírgula em períodos simples, para posteriormente realizar análises dos períodos compostos que apresentam maior grau de dificuldades, dadas suas especificações.

A primeira análise feita pelo autor é acerca do uso da vírgula para separar termos que tenham a mesma função sintática. Cunha (1976) faz uns parênteses para exemplificar os termos que podem atender esta especificidade como o sujeito composto, os complementos, e os adjuntos, desde que estes não venham ligados por meio de conjunções como *e*, *ou* e *nem*. Como demonstram os exemplos:

Eu, você, suas irmãs, o Trindade, nossos amigos, deveríamos ser lacrados todos dentro do Solar (Geraldo França de Lima) (CUNHA, 1976, p.421).
Ribas, quinze anos, era feio, magro, linfático (Raul Pompéia)

Na ponta do banco, despedia-se constantemente dos seres, das coisas, das árvores, da rua (Augusto Frederico Schmidt)
Falei pela veneração, pela estima, pelo afeto, para cumprir um dever amargo, um dever amaríssimo (Machado de Assis) (CUNHA, 1976, p.421).

Logo, o autor ainda acrescenta uma ressalva acerca das conjunções *e*, *ou* e *nem* apresentada no início da sentença; desde que estas apareçam numa sequência de enumeração, em termos coordenados, estas virão separadas pela vírgula, de acordo com os exemplos abaixo: “Abrem-se lírios, e jasmims, e rosas” (Alberto de Oliveira) (p.421).

O autor apresenta também a necessidade de uso da vírgula para separar os apostos ou termos explicativos.

“Todo ele, olhos e pensamento, estava no camarote de Guiomar (Machado de Assis).
O caixa começou a mastigar, branco, nauseado, engasgado (Carlos Drummond de Andrade) (p. 422).

E também para isolar o vocativo. “D. Glória, a senhora persiste na ideia de meter o nosso Bentinho no seminário? (Machado de Assis) (p.422).

Além dos casos já apresentados, o autor cita a necessidade de uso da vírgula para isolar os adjuntos adverbiais, contudo existe ressalva acerca da especificidade quando este é longo. Assim, quando o advérbio exerce a função de adjunto adverbial é dispensado o emprego da vírgula, como demonstra o exemplo: “Depois olhou o garotinho” (Raquel de Queiróz)/ “Depois, as coisas mudaram” (Carlos Drummond de Andrade) (p.422). Neste caso, a vírgula é usada a depender da ênfase que se queira dar ao termo isolado.

Também é usada a vírgula para isolar elementos pleonásticos e repetidos. “Eu, que só me contentaria com o calcar o universo aos pés, calcar, calcar, calcar até não sentir... (Álvaro de Campos) (CUNHA, 1976, p.422).

Ainda em relação ao uso da vírgula no tocante à oração o autor demarca a separação em datação, separando o local, como o exemplo: “Rio de Janeiro, 2 de junho de 1960” (p.422).

E, por último, para indicar a supressão de determinadas palavras, em especial, o verbo: “na sala, apenas quatro ou cinco mulheres” (Mário Palmério). (p.422).

E, a partir de agora, o autor traz as colocações da vírgula em período composto, sendo usada para separar as orações, sejam elas coordenadas ou subordinadas.

O primeiro caso apresentado por Cunha (1976) está relacionado às orações coordenadas assindéticas. Assim: “A máquina calou-se, dobraram-se as pastas, o juiz levantou-se”. (p.423).

E também para separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as orações introduzidas pela conjunção *e*: “O nortista gostou da casa, mas julgou mesquinhas as outras benfeitorias do sítio” (Rodrigo M. F. de Andrade)/“Tu queres vento de terra, ou queres vento do mar?” (Juvenal Galeno) (p.423).

Neste caso de orações coordenadas sindéticas o autor faz a ressalva acerca do uso da vírgula em casos de introdução pela conjunção *e*, apenas quando aparecem sujeitos diferentes ou quando servir para reiteração da oração anterior.

Indo às conjunções adversativas o autor faz distinção acerca do uso. Assim, quando *mas* aparece no início da oração coordenada sindética adversativa, esta deve ser separada por uma vírgula e nos casos de: **porém, todavia, contudo, entretanto** e, **no entanto**, que podem aparecer no início ou após alguns elementos da oração, é necessária a isolação por meio do sinal de pontuação assim apresentados nos exemplos: “-Vá aonde quiser, mas fique morando conosco”./ “-Vá aonde quiser, porém fique morando conosco”. / “-Vá aonde quiser, fique, porém, morando conosco”(p.423).

E nos casos de conjunção conclusiva *pois* quando posposto a algum termo da oração a que pertence, essa deve vir isolada por vírgulas de acordo com a exemplificação: “Não poucas vezes, pois, razão é lastimar o zelo dos amigos, e agradecer a malevolência dos opositores” (Rui Barbosa) (p.423).

Cunha (1976) faz também referência ao uso da vírgula nas orações intercaladas. “A religião”, insistia, “é muito mais necessária nas repúblicas do que nas monarquias” (Rui Barbosa) (p.424).

Nos casos de orações subordinadas adjetivas, o autor apresenta a necessidade de uso da vírgula, nas classificadas como explicativas, cuja função semântica é a explicação da oração principal, servindo apenas para acrescentar uma informação, de acordo com o exemplo: “Pastor, que sobes o monte, que queres galgando-o assim?”. (p.424)

E, em seguida, o autor faz as explanações acerca das orações adverbiais, em especial, quando estas aparecem antepostas à oração principal. “Quando tio Severino voltou da

fazenda, trouxe para Luciana um periquito” (Graciliano Ramos)/“Repontava a manhã, quando à sua primeira claridade se congrega o sinedrim”. (Rio Barbosa) (CUNHA, 1976, p. 424)

Para concluir, o autor faz o estudo do uso da vírgula no contexto das orações reduzidas, sendo esta usadas nas três situações: Gerúndio, Particípio e Infinitivo, quando equivalem a orações adverbiais.

- a) Reduzidas de Gerúndio: “Querendo tu escrever-lhe, escreve” (Antônio Nobre).
- b) Reduzidas de Particípio: “Terminada a conferência, requintou o Governo alemão nas suas cortesias para com o Brasil” (Gilberto Amado)
- c) Reduzidas de Infinitivo: “Ungi-os no espírito de verdade, para aparem o estudo, no espírito de regeneração, para desertarem o abuso, no espírito de obediência, para guardarem a lei, no espírito de solidariedade, para se associar e pelo bem, no espírito de resistência, para contrastarem a opressão (Rui Barbosa).

Neste contexto, foi possível detectar o fator diferenciador deste autor, cuja tentativa foi expor de forma mais direta acerca das colocações da vírgula no contexto da oração ou do período de modo que facilitasse a compreensão do uso da mesma.

1.2. Napoleão Mendes de Almeida

Para Almeida (1986, p.475), as pontuações são divididas entre objetivas, subjetivas e distintivas, sendo que a vírgula está sendo caracterizada como objetiva, juntamente com o ponto e vírgula, o dois pontos e o ponto final, assim denominados pelo valor sintático estabelecido entre os termos e pela obediência à ordem sintática.

Este autor ainda afirma que a vírgula pode exercer também a função de parênteses, isolando os termos das orações e, nesse sentido, assim como no uso dos parênteses, as vírgulas devem ser usadas para dar início e término ao termo, ou sintagma a ser isolado. Em consonância com o autor (ALMEIDA, 1986, p. 476):

- “Vem (tu que duvidas da honra) observar o proceder destes pobre”
 - “Diógenes (filósofo cínico) morava dentro de uma cuba”
 - “Os reinos e as terras (segundo a sentença do Eclesiástico) passam de umas a outras gentes”.
 - “O homem (que é mortal) é apenas forasteiro na terra”.
- Uma vez, em todos esses exemplos, excluída a locução que ficou entre parênteses, aparecerão ligados os termos essenciais da oração ou os que tenham entre si íntima relação sintática:
- “Vem observar o proceder destes pobres”.
 - “Diógenes morava dentro de uma cuba”. (ALMEIDA, 1986, p.476)

Nesses casos, o que se averigua é que, além de as vírgulas poderem exercer a função dos parênteses para isolar uma informação a mais sobre o sujeito, a omissão dos parênteses, juntamente com os termos isolados ou das vírgulas usadas com esta função, faz com que os termos essenciais das orações voltem a se ligar sem a presença da vírgula, mantendo assim a regra das relações íntimas entre os termos da oração que não permitem o uso deste sinal de pontuação.

Emprega-se a vírgula também entre palavras e membros de orações, desde que tenham equivalência em suas funções e entre vários sujeitos. Nestes casos, é necessário ficar atento às ressalvas que podem ocorrer entre o uso ou não da vírgula, como no caso do uso entre termos ou orações coordenadas, em que a vírgula pode ser substituída por uma conjunção “e” (*aditiva*) ou “ou” (*alternativa*), a depender da ênfase que se queira dar à oração ou aos termos, como exemplifica Almeida (1986, p. 477):

Entre o penúltimo e o último termo ou membro coordenado, pode vir, em lugar da vírgula, uma conjunção aditiva ou alternativa: A água, o ar, o fogo e a terra... – Pedro, Antônio ou Carlos...

[...] ou ainda, antes da conjunção *e* ou *ou* apareça uma vírgula, o que se dá quando há ênfase na citação da série coordenada: ou ele vá, ou pare, ou retroceda...”

Entre dois termos a partícula *ou* para indicar equivalência ou se prescinde da pontuação ou se usa uma vírgula antes do *ou* e outra depois da palavra que indica equivalência:

{O substantivo ou o adjetivo deve vir...	}
{O substantivo, ou o adjetivo, deve vir	}

O autor ainda apresenta vários outros casos em que ocorre o uso da vírgula, como para marcar a pausa no fim da oração subordinada adjetiva restritiva. Neste caso, ocorre o uso, quando a oração ainda continua com outras informações longas que constituem o período, conforme o exemplo: “As famílias que se estabeleceram naquelas encostas meridionais das longas serranias chamadas pelos antigos Montes Marianos, conservaram por mais tempo os hábitos... (ALMEIDA, 1986, p. 478).

Nos casos em que usamos vírgulas em orações adjetivas, a ocorrência se dá em virtude de as orações serem longas, no sentido de não atrapalhar o seu entendimento na ocasião da leitura. Assim, usa-se o sinal de pontuação para marcar a pausa ao final da oração adjetiva restritiva.

Um outro caso, segundo o autor, tem a função de evitar ambiguidade em casos de sínquise, que é uma espécie de hipérbato, caracterizado pelo deslocamento dos termos da oração, a vírgula é usada no intuito de dirimir estranhezas na pronúncia das orações:

Sínquise: (gr. Synchysis = confusão) é o nome da figura de colocação que consiste na transposição violenta de termos, produzindo certa confusão artística das palavras: “enquanto manda as ninfas amorosas, grinaldas nas cabeças pôr de rosas”. (ALMEIDA, 1986, p. 423)

Nesse caso, a vírgula é empregada, conforme o exemplo: “Pagou-se, com o dinheiro do amigo, de tanto sacrifício e de tantas importunações que sofreu” (p.478).

De modo bastante usual, o autor apresenta também o uso da vírgula para separar as datas das localidades em casos de correspondências escritas dos mais diferentes tipos. Nesse caso, há o uso da vírgula. Como demonstra o exemplo citado por Almeida (p.478): “Itaí, 8 de janeiro de 1911”.

Para o autor, usa-se também a vírgula em casos de “zeugma” do verbo:

Zeugma (do gr. Zeugma = união) vem a ser o caso de elipse em que se subentende um termo ou termos já anteriormente enunciados na frase:
“A Pedro dej uma pera, e a João (dei) uma maçã.
“Os valorosos levam as feridas, e os venturosos, os prêmios”
(levam)(ALMEIDA, 1986, p. 401)

Nesses exemplos, a vírgula vem suprir a presença do segundo verbo, já mencionado anteriormente, para evitar a sua repetição desnecessária.

Outra função da vírgula é separar os elementos paralelos de uma expressão proverbial: “A pai muito ganhador, filho muito gastador” (ALMEIDA, 1986, p. 478).

Há, ainda, o uso da vírgula para separar determinadas conjunções pospositivas como nos casos do, *todavia, porém, contudo, pois*: “Vens, pois, anunciar-me uma desventura?”

Nos casos em que a conjunção aparece após o verbo, é necessário o uso da vírgula, isolando tal termo.

Contudo, há alguns casos em que não ocorre o uso da vírgula com as mesmas conjunções (porém, contudo, etc.), como nos casos apresentados por Almeida (1986, p.478) “... ideias porém sólidas” – “Desempenham todavia funções...”.

Em relação as conjunções, advérbios e locuções adverbiais, também as vírgulas são usadas para dar ênfase a esses termos; sendo que nos dois últimos casos somente a vírgula é empregada com a intenção de dar ênfase e importância aos advérbios e locuções adverbiais, conforme explicita Almeida (1986, p.479) “Mas, apesar disso, não deixarei”.

Vale ressaltar que não é obrigatório o uso da vírgula depois de conjunções como: *mas*, *todavia*, *logo*, etc. quando vem no início das orações coordenadas, isso só ocorre quando há a necessidade ou o interesse em dar ênfase ao termo ou termos que aparecem logo em seguida. E, quando ocorre tal situação, esta conjunção deve vir isolada por vírgulas.

Em casos de *sim* ou *não*, quando usados no início das frases e/ou orações é obrigatório o uso da vírgula no intuito de isolar este termo, conforme o exemplo: “Sim, quero” – “Não, porque já foi” (p.479).

Depois de *assim*, *então*, *demais* e de outros advérbios e locuções adverbiais quando aparecem no início das sentenças com sentido de conjunção. “Então, iremos hoje?” – “Assim, espero por você” (p.479).

Além de se usar para separar certas locuções explanatórias, *isto é*, *por assim dizer*, *a meu ver*, *além disso*, de acordo com o exemplo. “Porei *todavia* aqui mais um exemplo, *isto é*, *acrescentarei mais uma prova*” (p. 479).

Nesse aspecto, a expressão isolada por vírgulas indica a existência de uma explicação posterior que será acrescentada à oração após o uso da vírgula, por isso, é chamada de locuções explanatórias, tendo em vista que antecipa a explicação da oração.

Outro caso em que usualmente se usam vírgulas é na existência de vocativo, levando em consideração que este deve aparecer isolado por estes sinais; ou não, a depender da posição deste dentro da oração: “Recordem, alunos, as correções” “Recordem as correções, alunos” (p.479)

E, por último, o autor apresenta o uso da vírgula em casos de substituição pelo verbo **ser**, quando a frase é de fácil compreensão. “Estes, os maiores perigos”.

Diante do exposto, foi possível analisar as possibilidades de uso da vírgula, sob a concepção de Napoleão Mendes de Almeida, que não se distancia das concepções já apresentadas por Ali (1964 e 1966) e Cunha (1976).

1.3. Evanildo Bechara

A caracterização da pontuação é apresentada por Bechara (2004, 2009) sob dois aspectos: amplo e restrito, nos quais engloba além dos sinais de pontuação, os demais elementos que servem para dar ênfase a algumas partes do texto. E posteriormente ainda se delimita a determinados sinais que são os estritamente ligados a divisão dos textos que, a depender da situação, podem ser classificados em essencialmente separadores e os sinais de comunicação ou mensagem.

Aqui será discutido o primeiro caso que são os essencialmente separadores no qual está inserida a vírgula que é o foco desta pesquisa.

Assim, a vírgula deve ser usada para separar termos coordenados, ou seja, as orações coordenadas, ainda que venham ligados por conjunção, caso queira dar ênfase a ele é necessário o uso da vírgula: “Sim, eu era esse garção bonito, airoso, abastado” (MA.1,48) / - Ah! Brejeiro! Contanto que não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste” (MA. 1, 93)

Nestes exemplos, o autor apresenta as duas situações em que pode ocorrer o uso da vírgula em orações coordenadas que venham sem ou com o auxílio da conjunção, contudo o autor apresenta uma ressalva acerca desta forma de manifestação de uso da vírgula, como explana Bechara (2009), na série de sujeitos seguidos imediatamente de verbo o último sujeito da série não é separado do verbo por vírgula. “Carlos Gomes, Vítor Meireles, Pedro Américo, José de Alencar tinham-nas começado (p. 609).

O que se verifica os apontamentos do autor é a prevalência da regra da não separação do sujeito e do verbo por meio da vírgula, embora sejam termos coordenados, existe a especificidade deixada em relação a sujeitos diferentes.

Este autor trata cada situação de uso da vírgula em orações coordenadas, isoladamente, dando a cada uma o tratamento adequado. Neste aspecto, o autor trata da separação das orações coordenadas aditivas, ainda que iniciadas pela conjunção *e*. Como destaca o exemplo:

“Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quanta podia obter”

No fim da meia hora, ninguém diria que ele não era o mais afortunado dos homens; conversava, chasqueava, e ria, e riam todos” (p.609)

Estes dois exemplos deixam bem claro a ocorrência da vírgula em orações coordenadas, separando os termos coordenados, ainda que ocorra a presença da conjunção e, que ocorre no último caso.

Além do uso da vírgula no caso da oração coordenada aditiva, também se deve usar a vírgula em casos de orações coordenadas alternativas *ou*, *quer*, etc, quando a pronúncia da frase ou a intenção da escrita é deixar uma pausa entre os termos coordenados. Neste caso, o autor também faz uma ressalva acerca do uso da vírgula nesta situação, uma vez que esta somente será obrigatória quando traz consigo o sentido de retificação:

Vigora esta norma quando ou exprimir **retificação**: “teve duas fases a nossa paixão, ou ligação, ou qualquer outro nome, que eu de nome não curo. Se denota **equivalência**, não se separa por vírgula o *ou* posto entre dois termos: solteiro ou solitário que se prende ao mesmo termo latino (BECHARA, 2009, p.609).

Neste caso, há de se observar o sentido atribuído pela conjunção ou dentro do contexto da oração levando em consideração que tal valor implica no uso ou não do sinal de pontuação.

Segundo Bechara (2009), o uso da vírgula ocorrerá também nos casos de aposições, exceto nos casos especificativos, como demonstra o exemplo: “ora enfim de uma casa que ele meditava construir, para residência própria, casa de feitiço moderno...”

Usa-se também a vírgula para separação de pleonasmos e repetições dentro da oração, desde que estes não tenham efeitos superlativos: A casa é linda, linda. Nunca, nunca, meu amor (p.609).

No caso dos vocativos em correspondências, o uso deste sinal de pontuação variará em conformidade com a finalidade do texto, uma vez que, nas cartas, de modo geral, usa-se a vírgula e, em correspondências oficiais, faz-se a opção do uso dos dois pontos.

Para Bechara (2009), nos casos de orações adjetivas, a vírgula será usada quando apresentar a ideia de explicação, conforme o exemplo: “ Perguntava a mim mesmo por que não seria melhor deputado e melhor marquês do o lobo Neves, - eu, que valia mais, muito mais do que ele, -...”(p.609).

É usado também para separar orações adjetivas restritivas de certa extensão, principalmente quando os verbos de duas orações diferentes se juntam:

“No meio da confusão que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam, ninguém reparou nos dois cavaleiros...”

Nos casos de orações intercaladas, há a necessidade de uso da vírgula. “Não lhe posso dizer com certeza, respondi eu”.

Segundo Bechara (2009), é usada a vírgula para separar orações adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal: “Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta...” / “Mas, como as pestanas eram rótulas, o olhar continuava o seu ofício..(p.610).”

Para separar, nas datas, o nome do lugar. Caso já mencionado por Almeida (1986). “Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1961” (p. 610).

São usadas também para separar as expressões que indicam explicação, correção, continuação, conclusão e concessão: “e, não obstante, havia certa lógica, certa dedução” “Sairá amanhã, aliás, depois de amanhã”.

Nos casos de conjunções e advérbios adversativos como *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, principalmente quando posposto: “A proposta, porém, desdizia tanto das minhas sensações últimas [...]”.

Ainda é demarcado o uso da vírgula em caso da elipse do verbo, caso apontado por Almeida (1986), como Zeugma do verbo: “Ele sai agora: eu, logo mais” (p. 610).

E, por último, é usada a vírgula em situações de termos mal distribuídos que ocasiona dúvidas acerca de sua compreensão, no intuito de diminuir os problemas de interpretação: “De todas as revoluções, para o homem, a morte é a maior e a derradeira.” (p.610).

Assim, foi possível constatar que Evanildo Bechara (2009) acrescenta algumas situações de uso da língua que acrescenta às outras já apresentadas por autores como Almeida (1986).

1.4. Rocha Lima

No escopo da pesquisa que busca analisar o emprego e uso da vírgula, o autor trata o assunto no grupo dos sinais de pontuação que não quebram a continuidade da frase, mas que demarca uma pausa para a continuidade do texto.

Em relação ao uso da vírgula, na concepção deste autor, são destacadas dezessete situações em que ocorre o emprego desse sinal de pontuação, a saber:

Para separar os termos de mesma função, quando assindéticos: “Era o nada, a eversão do caos no cataclismo, A síncope do som no páramo profundo, o silêncio, a algidez, o vácuo, o horror do abismo... (Olavo Bilac). (p.459).

No caso dos vocativos, o autor apresenta a necessidade de usar a vírgula, contudo não faz menção em relação a localização deste vocativo dentro da expressão: “Deixe-me, senhora”. (Machado de Assis) / “Ó meu Amor, que já morreste”. / “Ó meu Amor, que morta estás (Cruz e Souza) (p.459)

Rocha (2005) ainda acrescenta o uso da vírgula para isolar o aposto que é frase independente que tem o objetivo de trazer uma informação a mais ou especificação sobre um termo usado anteriormente, já que “é um substantivo (ou pronome) pode uma se fazer acompanhar imediatamente de outro termo de caráter nominal, a título de individualização ou esclarecimento” (p.255). Como apresenta ainda os exemplos: “Matias, cônego honorário e pregador efetivo, estava compondo um sermão[...] (Machado de Assis) ” (p.459).

Segundo Lima (2005), ainda é necessário usar a vírgula em casos que ocorre a inversão dos adjuntos adverbiais: “Por impulso instantâneo, todo o ajuntamento se pôs de pé (Rebelo da Silva). (p.460).

No entanto, o autor ainda destaca que: “sendo o adjunto adverbial de pouca longura, expresso, por exemplo, por um simples advérbio, pode dispensar-se a vírgula, ainda que ele venha deslocado (p.460).

Este caso de uso obrigatório da vírgula, ao mesmo tempo, deixa exceção em relação à obrigatoriedade, uma vez que sendo o adjunto adverbial representado apenas por um advérbio, fica dispensado o uso da vírgula, ainda que este venha deslocado na frase.

Também é usada a vírgula segundo Lima (2005), para marcar a supressão do verbo, caso que se assemelha à zeugma do verbo explicitado por Almeida (1986) e Bechara (2004 e 2009) e como explana Lima (p.128): “Uma flor, o Quincas Borba (Machado de Assis) ”. / “Eu sou empregado público: tu, minha noiva bem cedo (Artur Azevedo) ”.

Ainda é demarcado o uso da vírgula na separação de datas em casos de correspondências sejam elas comerciais ou pessoais, caso que já havia sido demarcado também por Almeida (1986). “Milão, 9 de março de 1909” / “rio, 2-4-904.” (LIMA, 2005, p. 460).

Outro caso de ocorrência de vírgula refere-se às construções em que o complemento do verbo, por vir anteposto a estes, é repetido depois dele por meio de um pronome enfático: “Arquiteto do mosteiro de Santa Maria, já o não sou. (Alexandre Herculano). “Ao pobre, não lhe devo. Ao rico, não lhe peço” (Rodrigues Lobo). (p.460).

Há também o caso em que a vírgula é usada para isolar expressões que servem para explicar, para corrigir, para concluir e para continuar, tais expressões que comumente são usadas: *por exemplo, além disso, isto é, a saber, aliás, digo, minto, ou melhor, ou antes, outrossim, demais, então, com efeito, etc.*, tal caso já fora anteriormente mencionado por Almeida (1986) no caso destinado ao uso da vírgula para isolar expressões explanatórias, logo vale destacar que algumas expressões foram acrescentadas por Lima (2005).

Em casos de termos intercalados, Lima (2005), apresenta a necessidade de uso da vírgula com algumas ressalvas que podem ser analisadas acerca do uso ou não, dentro desta perspectiva.

Se for muito longa a intercalação, ou quisermos dar relevo às palavras, expressão ou oração intercalada, pode usar o travessão:

“Vi a ciência, desertar do Egito... Vi meu povo seguir – Judeu maldito – Trilho de perdição... (Castro Alves)
 Pode usar-se ainda, os parênteses, e não a vírgula, quando a palavra, expressão ou oração intercalada figurar sem relação sintática com o resto, fora do fio principal do discurso, à maneira de um esclarecimento ou observação suplementar. Exemplos
 “Pouco depois de transpor o portão da lúgubre morada, veio a mim um amigo vestido de preto, que me apertou a mão. Tinha ido visitar os restos da esposa (uma santa!), suspirou e concluiu: - Que há de novo?” (Machado de Assis) (LIMA, 2005, p.461)

Neste contexto, as vírgulas usadas nas orações intercaladas podem ser substituídas por travessão ou parênteses sem que haja dano na estrutura sintática e semântica da oração, a depender da ênfase que se queira dar às expressões intercaladas, ou a não dependência direta da oração intercalada aos demais elementos da oração.

Nos casos de orações coordenadas assindéticas são usadas as vírgulas para separar cada uma das orações: “Há sol, há muito sol, há um dilúvio de sol (Hermes Fontes) (p.461).

E nos casos de orações coordenadas sindéticas servem para separá-las quando há o uso da conjunção e, com sujeitos diferentes: “Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se (Machado de Assis)” (p.461). O autor ainda acrescenta que;

Para acentuar, numa enumeração, o vulto das coisas enumeradas, é lícito empregar repetidamente a conjunção e. neste caso, as várias palavras, expressões ou orações, são separadas por vírgulas, apesar da presença do e. como os exemplos: “seca a terra aparece, e nela é tudo Informe, e rude, e solitário, e mudo.” (J.A de MACEDO) (LIMA, 2005, p.461).

Assim, o que se verifica é que além do uso da conjunção e, em ocasiões em que se queiram enfatizar a enumeração apresentada no enunciado, é necessário também o uso da vírgula.

Além destas conjunções já apresentadas, o autor ainda apresenta casos em que as orações ligadas pelas conjunções, mas, senão, nem, que, pois, porque, ou pelas alternativas: ou... ou, ora...ora, quer...quer, etc. Como exemplo apresentado abaixo:

“Não és filha, mas hóspeda da Terra! (Olavo Bilac)”
“Não se deve julgar o homem por uma só ação, senão por muitas. (Carneiro Ribeiro)”
“Fiquem-se com o Senhor, que eu vou-me (Castilho)”
“Ou o conhece, ou não” (Vieira) (p.462).
Em relação à conjunção MAS, o autor deixa uma ressalva que se relaciona à ênfase dada ao sentido adversativo introduzido por esta conjunção, o que permite neste caso a substituição da vírgula pelo sinal do ponto e vírgula. Com demonstra: “Defenda-se; mas não se vingue.” (José Oiticica) (LIMA, 2005, p.462).

Além destes casos com conjunções coordenativas também ocorrerá o uso da vírgula para isolar as conjunções adversativas: porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo; e as conclusivas: logo, pois e, portanto.

Conforme os exemplos: “Contudo, ao sair de lá, tive umas sombras de dúvida... (Machado de Assis)”/“Nada diminuía, portanto, as probabilidades do perigo e a poesia da luta. (Rebello da Silva)” (p.462). Os dois exemplos demonstram que as conjunções podem aparecer isoladas por uma vírgula, ou duas, a depender da posição assumida pela mesma dentro da oração.

Serão separadas também por vírgulas as orações subordinadas adverbiais que sejam iniciadas por conjunções subordinadas não integrantes em qualquer posicionamento no contexto do período que venha antes ou depois da oração principal:

“Juro que ela sentiu certo alívio, quando os nossos olhos se encontraram...(Machado de Assis)”

“*Enquanto* o senhor escarneceu o feito das minhas botas, estva no seu ofício e no seu direito. Das botas acima, não. (Camilo Castelo Branco) (LIMA, 2005, p. 462).

Para Lima (2005), também são usadas as vírgulas para separar as orações adjetivas, desde que estas apresentem sentido explicativo e adjetivos parentéticos:

É indispensável, nesse caso, distinguir se a oração é mesmo parentética ou meramente determinativa. A oração parentética, embora por seus característicos de forma e posição seja adjetiva, tem no sentido, algo de adverbial, apontando vagamente a causa, a concessão, a condição[...] o critério para verificar isto é tentar a inversão. A oração parentética pode ser anteposta ao substantivo a que se pretende; a determinativa, nunca. Assim, os exemplos:

A cabroeira, alucinada, gritava atrozmente (isto é: porque estava alucinada)

A ele, que é o decano da corporação, nenhum preto lhe renderam (isto é: apesar de ser o decano da corporação...)

Com a inversão:

Alucinada, a cabroeira gritava atrozmente.

Decano da corporação, nenhum preto lhe renderam. (LIMA, 2005, p. 462, 463).

E, a última ocorrência de vírgula apresentada por Lima (2005) aparece em casos de orações reduzidas ao gerúndio, particípio e infinitivo em que este sinal de pontuação vem separá-las dos demais termos da oração: “Lactescente, a neblina opálica flutua,/Diluindo, evaporando os montes de granito /Em colossos de sonho, extasiados de lua...(Guerra Junqueiro)”(LIMA, 2005, p.463).

Por meio dos levantamentos realizados foi possível perceber que Lima (2005) apresenta a necessidade do uso da vírgula em situações em que aparecem o aposto, o vocativo e os demais casos são especificidades das orações coordenadas, subordinadas substantivas, subordinadas adjetivas, subordinadas adverbiais, e reduzidas, além de termos que exercem tais funções.

2. Considerações Finais

Baseado nos estudos realizados das gramáticas normativas, podemos constatar que as regras apresentadas por cada autor podem ser agrupadas em quatro categorias, quanto ao uso da vírgula:

Para separar elementos que poderiam ser listados na oração e também as orações coordenadas sindéticas e assindéticas, a depender da pausa que se queira dar para enfatizar a oração seguinte e em termos com funções equivalente que recaem na enumeração de ideias a

serem inseridas na sentença. Como são os casos: Orações coordenadas que complementando a primeira gramática do autor ele aponta a necessidade do uso da vírgula mesmo quando aparece a conjunção *e*. Ali (1966), Bechara (2009), Lima (2005); para separar os termos coordenados quando vêm mencionados sem a conjunção Ali (1966), Cunha (1976), Lima (2005); Uso da vírgula para separar termos que tenham a mesma função sintática Cunha (1976), Almeida (1986); para isolar elementos pleonásticos e repetidos Cunha (1976).

São também usadas para separar as explicações que aparecem no meio das orações, aqui considerados os casos de aposto, orações adjetivas explicativas, vocativo e os casos da substituição dos parênteses por vírgula: são usadas para intercalar ou separar vocativos (Ali 1966), Cunha (1976), Almeida (1986), Bechara (2009), (Lima 2005); para separar os apostos ou termos explicativos (Cunha), Bechara (2009); nas orações adjetivas, a vírgula será usada nos casos em que apresente a ideia de explicação Bechara (2009), Cunha (1976), Lima (2005) e vírgula pode exercer também a função de parênteses, isolando os termos das orações Almeida (1986).

Separação de datas: O uso da vírgula em casos correspondências, para separar o nome do lugar. Ali (1966), Almeida (1986), Bechara (2009) e Lima (2005).

É usada a vírgula nos casos de termos deslocados ou de orações que fujam a sequência lógica da mesma. No que se refere às orações adverbiais, explícita ou implícita, que vier intercalada na oração subordinante para mostrar que se interrompe o seguimento natural das ideias e se intercala uma expressão adverbial ou uma reflexão secundária. Lima (2005), Cunha (1979), Ali (1966) e Almeida (1986).

Ainda para Almeida (1986) será usada: Depois de SIM ou NÃO, no início da sentença e Depois de ASSIM, ENTÃO, DEMAIS e outros advérbios e locuções adverbiais no início da sentença. E, por último, nos casos de supressão de ideias ou termos: Para indicar omissão de determinadas palavras, em especial, o verbo: Cunha (1976), Almeida (1986), Bechara (2009) e Lima (2005).

Nesses termos, verifica-se que as gramáticas normativas trazem em seus textos abordagens acerca do uso e emprego da vírgula, porém ainda são complexos os discursos empregados para apresentar a temática, o que dificulta a pesquisa e o processo de aprendizagem por meio dessas obras, o que demanda reformulações de modo a adequar e até

mesmo simplificar à linguagem, respeitando a capacidade cognitiva dos alunos da educação básica, período em que deve iniciar o processo de formação linguística dos sujeitos.

Referências

ALI M. Said. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1966.

_____. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1964.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1986.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1ª ed. 4ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CUNHA. Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A, 1976.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.